

animais de outras espécies, pessoas desconhecidas, sons e barulhos, ambientes diversos, manipulação e contenção clínica. Com a aplicação de tais procedimentos as ONG de proteção animal poderão melhorar a qualidade de vida dos inúmeros gatos que atualmente lotam os abrigos e aumentar as suas chances de adoção, reduzindo os altos índices de abandono e de devolução de animais aos abrigos por conta de problemas comportamentais.

19 O MELHORAMENTO GENÉTICO NA CRIAÇÃO DE CÃES: EDUCAÇÃO DO TUTOR PARA UMA AQUISIÇÃO BEM-SUCEDIDA

BIOL, F. M. A.¹; NUNES, J. M. S.²; STORTTI, F. F.²; SANTOS, M. S.²; CARDOSO, J. N.²

¹ PhD do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). E-mail: fabiana_andrade@uniritter.edu.br.

² Médico-veterinário do Uniritter.

Estimativas não oficiais indicam que somente na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, devido à falta de legislação e fiscalização, anualmente são vendidos mais de 500 mil cães provenientes de criadores clandestinos. Além disso, grande parte dos criadores oficiais não possui conhecimentos mínimos de genética, os médicos-veterinários possuem uma formação deficitária nesta área e o público comprador de cães de raça é desinformado. Assim, este conjunto de limitações estimula um mercado com péssima qualidade e leva ao aumento de ocorrências de doenças com influência genética em todas as raças. Este quadro contribui para o abandono de animais devido à ocorrência de problemas de saúde que geram gastos não previstos pelos seus tutores. Com o objetivo de contribuir para a mudança dessa realidade, foi confeccionado um site como parte das atividades de um projeto acadêmico de extensão. Este site (www.geneticacanina.com) apresenta noções de genética animal para auxiliar o comprador a encontrar o criador que trabalha com foco no melhoramento genético voltado para a saúde e o bem-estar animal. O material contém informações gerais sobre o processo de criação de cães, além de uma sessão na qual o usuário seleciona a raça de interesse, dentre treze disponíveis até o momento. Para cada raça, foram escolhidas as doenças com influência genética mais prevalentes, tanto monogênicas como multifatoriais. Ao escolher uma das doenças, o visitante recebe informações que explicam, em linguagem popular, a etiologia da doença, além de informações que o auxiliam na avaliação do trabalho do criador do futuro filhote a ser adquirido. Informações como a disponibilidade de testes de DNA e outros exames necessários para a escolha correta de reprodutores estão disponíveis para auxiliar o processo de escolha

do criador. Dados do Google Analytics revelam que desde a sua publicação em dezembro de 2016, o site foi visitado por 632 usuários e que 20,7% dos visitantes retornaram ao site. Dentre os visitantes, 35% foram originados de estados do Brasil distintos daquele em que o site foi elaborado, demonstrando que site apresentou uma boa capacidade de difusão de conhecimento no país. Este tipo de difusão de dados científicos para a sociedade pode contribuir para a melhoria da qualidade da cinofilia nacional e também para a diminuição do abandono de animais, que pode ocorrer inclusive com os cães de raça.

20 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO MÉDICO-VETERINÁRIO NO ACOLHIMENTO AO PACIENTE HUMANO EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

VASCONCELLOS, J. S. P.¹; RATZLAFF, F. R.¹; BOTTON, S. A.¹; VOGEL, F. S. F.¹; SANGIONI, L. A.¹; OLIVEIRA, C. S.¹; FERNANDES, F.¹

¹Médicos-veterinários do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: jainevasconcellos@hotmail.com.

O acolhimento ao usuário é uma das diretrizes de maior relevância ética da Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS no Brasil, no que se refere ao compromisso com as diferenças e individualidades dos sujeitos. Este trabalho relata a participação de uma médica-veterinária em acolhimentos ocorridos na Unidade de Saúde da Família – Estratégia de Saúde da Família (ESF) Vila Maringá, no município de Santa Maria/RS – no ano de 2014. Foram acompanhados 30 acolhimentos aos usuários do SUS, que traziam diferentes demandas e buscavam atendimento na ESF. Os acolhimentos foram realizados em duplas ou trios multiprofissionais de maneira individualizada. Cada profissional, dentro de suas competências específicas, atuou buscando solucionar as questões trazidas pelos respectivos usuários. Sempre que necessário, os usuários eram encaminhados ao atendimento médico. Os problemas atendidos pela médica-veterinária, em sua maioria, demandaram visitas domiciliares posteriores e estavam relacionados majoritariamente às questões ambientais. A principal queixa dos usuários visitados era relacionada às picadas por artrópodes. Nesse contexto, eram realizadas orientações para controlar e combater os insetos nas residências. Desta forma, aliadas às orientações recebidas por outros profissionais de saúde, foram evitadas consultas médicas desnecessárias e a recorrência desse problema. A prática do acolhimento de forma multidisciplinar incrementa o acesso

aos serviços de saúde, melhora o processo de trabalho e possibilita o fortalecimento de laços com o estabelecimento de um vínculo entre usuários e trabalhadores. A presença do profissional qualifica a escuta ao usuário, otimiza a resolução de problemas e potencializa a capacidade de cuidado por toda a equipe. Além disso, a participação do profissional nos acolhimentos garante a integralidade do cuidado.

21 REVISÃO TÉCNICA DE UM PROJETO DE CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES (CANIL MUNICIPAL) NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL

LUNS, F. D.¹, LUNS, R. C. L. A.²

¹ Mestre em Medicina Veterinária, docente de Medicina Veterinária na Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac), médico-veterinário da Prefeitura Municipal de Ouro Branco e docente na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: fabioluns@yahoo.com.br.

² Doutora em Medicina Veterinária, Técnica-superior de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG) e docente da UFRV.

As ações de controle populacional e as condições físico-estruturais dos abrigos oferecidos aos animais de rua são uma preocupação crescente da sociedade e, atualmente, envolvem a administração pública e as organizações não governamentais (ONG) de proteção aos animais. No entanto, ainda há certo desconhecimento dos conceitos técnicos e epidemiológicos necessários para a execução correta de projetos de controle populacional e na estruturação dos próprios ambientes que serão utilizados, com destaque para as instalações que serão utilizadas para as castrações. O projeto de Lei apresentado em 07/03/2017 no município de Ouro Branco, estado de Minas Gerais, Brasil, tinha a finalidade de aprovar normas destinadas ao controle da população animal, à guarda responsável, à prevenção e ao controle de zoonoses, consideradas como medidas de saúde pública. Na análise deste projeto, foram verificadas limitações sobre as zoonoses, atividades e funções de um Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e conceitos de saúde pública que causaram erros, pois um canil de abrigo de animais foi confundido com um CCZ. Questões importantes – tais como a responsabilidade do CCZ pelas ações de controle da população de animais sinantrópicos e peçonhentos, de vetores, e também pela entomologia e pelo diagnóstico laboratorial de zoonoses, executadas

pelo município sob demanda da Secretaria Estadual de Saúde – foram negligenciadas em prol da ideia de construção de um abrigo e de uma clínica veterinária para cães e gatos. Os principais erros foram o foco na questão de abrigo animal acima da questão de proteção à saúde pública, a não consideração da legislação federal sobre controle de zoonoses e sobre as normas para realização de procedimentos cirúrgicos e eutanásias regulamentadas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). Conclui-se que para a proposição de uma Lei Municipal que envolva o controle populacional de animais e o controle de zoonoses, esta deve se basear em conceitos técnicos e respeitar a legislação das demais esferas, no caso, a Portaria 1.138/14 do Ministério da Saúde, a Lei 13.317/99, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais e a Lei Municipal 1.213/98, que dispõe sobre o Código Sanitário do município de Ouro Branco.

22 ÍNDICES EPIDEMIOLÓGICOS DE CONTROLE DE ZONOSSES DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO, ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL, NO ANO DE 2016

LUNS, F. D.¹, LUNS, R. C. L. A.²

¹ Mestre em Medicina Veterinária, docente de Medicina Veterinária na Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac), médico-veterinário da Prefeitura Municipal de Ouro Branco e docente na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: fabioluns@yahoo.com.br.

² Doutora em Medicina Veterinária, Técnica-superior de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG) e docente da UFRV.

Este trabalho estabelece que o levantamento da ocorrência de zoonoses em seres humanos no município de Ouro Branco, estado de Minas Gerais, Brasil, no ano 2016 foi de 50 casos confirmados de dengue, um caso confirmado de leptospirose e ausência de casos confirmados de raiva urbana canina e de leishmaniose canina. Os registros da ocorrência de zoonoses em seres humanos no município indicam que os esforços para a proteção à saúde pública devem ser intensificados no controle de vetores da dengue e de animais sinantrópicos, que podem transmitir a leptospirose. As ações de controle populacional de cães não são prioridades no momento, contudo, a campanha antirrábica anual para cães e gatos e o acompanhamento do surgimento da leishmaniose em cães, por teste sorológico, devem ser mantidos e consolidados.